

**A PROPAGANDA REPUBLICANA NA IMPRENSA:
ANTÔNIO DA SILVA JARDIM**

**THE REPUBLICAN PROPAGANDA IN THE PRESS:
ANTÔNIO DA SILVA JARDIM**

*Leonor Lopes Fávero**

*Márcia A. Guedes Molina***

RESUMO: O texto examina um conjunto de textos produzidos pelo jornalista Antônio Silva Jardim e publicados no jornal *Novidades* em 1888. Procurou-se mostrar como o autor, um republicano ardoroso, de sólida cultura e formação clássica, organiza seu texto, dentro dos princípios da retórica clássica, no sentido de convencer e persuadir as elites do país de que a República, “com flores ou com sangue, em nome da Paz, do Progresso e da Liberdade” deveria ser imediata.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, República, propaganda republicana, jornalismo, retórica clássica.

ABSTRACT: The article examines a set of texts produced by the journalist Antonio Silva Jardim and published in the periodical *Novidades*, in 1888. We intend to show as the author, a burning republican, with solid culture and classic formation, organizes his text, inside of the principles of the classic rhetoric, to convince and persuade our elite, “with flowers or blood, on behalf of the Peace, of the Progress and the Freedom” that the Republic should be adopted immediately.

KEY WORDS: Brazil, Republic, journalism, republican propaganda, classic rhetorical

* Professora Titular de Lingüística da Universidade de São Paulo e de Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

** Professora Titular de Língua Portuguesa da Universidade de Santo Amaro, São Paulo, e do Centro Universitário de Santo André.

A PROPAGANDA REPUBLICANA NA IMPRENSA: ANTÔNIO DA SILVA JARDIM

Introdução

Nosso objetivo neste artigo é examinar um conjunto de cinco textos e uma apresentação (*Prelóquio*), produzidos por Antônio da Silva Jardim, publicado pelo jornal *Novidades*, no período entre 7 e 14 de dezembro de 1888, quase às vésperas da Proclamação da República, à luz da História das Idéias Lingüísticas. O nome geral da coletânea é *Pela República – Acefalia Governamental, reunindo: Um fato; Um comentário; A atitude dos diretores; A atitude do povo; O que fazem eles? O que faremos nós?*

Segundo Auroux (1989), escrever uma história consiste em homogeneizar o diverso, qualquer que seja a diversidade da historização. O historiador deve projetar os fatos num hiper-espaço que comporta essencialmente três tipos de dimensão: uma cronologia, uma geografia e um conjunto de temas. Nossa cronologia é o final do século XIX, nossa geografia, o Brasil, e o tema por nós escolhido, a República.

1. Antônio da Silva Jardim

Antônio da Silva Jardim, um dos mais brilhantes jornalistas republicanos, nasceu em Capivari, Rio da Janeiro, atualmente Silva Jardim, a 18 de agosto de 1860. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1882,

ano em que começou a lecionar no Curso Anexo da Escola Normal de São Paulo, depois Escola Normal Caetano de Campos, nomeado professor, por concurso, no ano seguinte. Três anos depois se demite do cargo e transfere-se para Santos, onde se dedica ao ensino e à advocacia.

Sua notável campanha política pró-República inicia-se em janeiro de 1888, por ocasião do ato do Governo Imperial que destituía de seu mandato os vereadores da Câmara Municipal de São Borja, pois esses haviam indicado que o país deveria ser consultado sobre o fim da monarquia, quando ocorresse a morte do Imperador, visto ser a princesa Isabel “uma princesa fanática, casada com um príncipe estrangeiro”.

Essa atividade se estende até 1890 com o manifesto de dois de outubro, dirigido ao Partido Republicano do Estado do Rio, em que faz um exame dos resultados da primeira eleição do novo regime. Em novembro desse mesmo ano, parte para a Europa com a família e a primeiro de julho de 1891 morre tragado pelo Vesúvio.

Sua obra compreende opúsculos, manifestos e artigos, todos de propaganda republicana, muitos pronunciados veementemente em público, momento em que, fazendo uso de sua retórica, realizava um verdadeiro espetáculo, fato que ocorria freqüentemente no Brasil da época. Como afirma Souza (1999, p. 91) *diversas referências assinalam a importância da oratória como espetáculo público no Brasil oitocentista (...)*.

2. A imprensa no final do Século XIX – o jornal *novidades*

O jornal, fundado por fazendeiros escravistas, era de responsabilidade do Partido Conservador e destinava-se a defender a causa escravocrata. Sua primeira edição data de 1887 e tinha como diretor um jovem de vinte e dois anos, Alcindo Guanabara, considerado um dos homens de imprensa mais polemistas e vibrantes da época, época essa que reunia nomes como os de como Olavo Bilac, Coelho Neto entre outros.

A marcante personalidade da Alcindo Guanabara pode ter sido um dos fatores a favorecer sua aproximação com Silva Jardim, que foi, no dizer de Barbosa Lima Sobrinho, *a voz mais intrépida e o pensamento mais arrojado, com uma tendência radical, que o situa entre os que quiseram fazer da República, menos um golpe para a conquista do poder, do que uma Revolução, empenhada na solução de problemas que viesse alterar nossas estruturas políticas, sociais e econômicas.* (1978, p. 13-14).

Os textos sob análise foram publicados no jornal numa seção especialmente criada para que Silva Jardim fizesse sua campanha pró-República. Ao mesmo tempo em que faz sua profissão de fé, exime o amigo de qualquer responsabilidade sobre o que ele viesse ali a publicar. Assim, afirma no texto inaugural, *Prelóquio*:

As minhas relações de cortesia e de, aliás, aproximadamente, as que entretenho com o conjunto de representantes da imprensa fluminense e nacional, na tarefa que a mim tomei de apostolar a idéia republicana-, determinaram a criação desta seção no jornal *Novidades*, sem solidariedade alguma de minha parte, nem daqueles de que sou espontaneamente órgão, com as idéias e as apreciações da redação da folha, e sem solidariedade desta para comigo (...)

Aqui estou, pois, continuando a realizar o compromisso tanta vez tomado diante de multidões amigas, ou de companheiros por mais de um título eminentes: - de não parar a propaganda republicana, enquanto não for destruída a monarquia, que é a infelicidade do Brasil e a desarmonia da América(...) (SILVA JARDIM, 1978, p. 241)

A imprensa sempre desempenhou um relevante papel na malha social, já que, por meio da divulgação de notícias, auxilia na formação da opinião pública e pode, inclusive, interferir no destino de um povo. De acordo com Tarde (1992, p. 135), a imprensa, inclusive, *se alimenta das informações (...) que versam sobre tudo o que produz de excepcional, de genial (...) de novo. E entre as inovações de que a imprensa se alimenta, devemos citar em primeiro lugar os atos do poder, a série de fatos políticos.*

É de conhecimento geral também que a República não foi um movimento popular, ao contrário, foi idealizada e realizada pela classe dominante, especialmente por militares e demais pessoas iluminadas pelas correntes filosóficas divulgadas no século XIX, como o liberalismo e o positivismo de Augusto Comte. Portanto, urgia que as idéias do Movimento Republicano fossem levadas aos demais e o meio mais eficaz para isso à época era a imprensa. Silva Jardim, então, defensor da causa e buscando adeptos, explicita ainda no *Prelóquio*:

Falando é que a gente se entende, diz o provérbio popular, e é falando claro, razoável, digno, que todos poderemos chegar à unificação da opinião e da conduta política. A República nada teme, tudo estuda, tudo discute, tudo concilia, tudo melhora; porque a República é a Pátria, é forçosamente o Bem. (p. 242)

A imprensa, como veículo de divulgação de informação e formadora de opinião, acaba também representando a realidade retratada, mostrando como são traduzidas as posições e interesses dos indivíduos que compõem a sociedade, como pensam que ela é, como agem, ou como gostariam que ela fosse.

E Silva Jardim, orador loquaz e jornalista intrépido, usou sua capacidade retórica para produzir um texto altamente persuasivo, a fim de propagar as idéias republicanas em que tanto acreditava, resultando num texto jornalístico bastante polêmico, quase panfletário:

E a Pátria, que é o bem, exige a República – a realização de nosso sonho sagrado: sonho por nós sonhado, ai de nós ! desde um século ! e mais a acima: realização pura, como o concebeu a ensangüentada e cândida cabeça do seu primeiro mártir! Como deseja a Pátria, que quer a República, capital glorioso da imortal coluna dessa Pátria. (*Prelóquio*, p. 242)

Recordemos aqui a observação de Antonio Candido (1959, p. 245) de que, no início do século XIX, havia três tipos de jornalismo: de ensaio, de artigo e de panfleto. Souza (1999, p. 93), esclarece que o primeiro era divulgado em ambientes de formação retórica, como ambientes acadêmicos; o segundo, mais abrangente, no ambiente literário; e o terceiro:

Contém efeitos ainda mais difundidos, consubstanciando-se no apreço generalizado pela oratória, fosse ela sacra, parlamentar ou comemorativa, sem falar no sucedâneo escrito da eloqüência, identificado no texto jornalístico argumentativo.

O jornalismo panfletário à época era aquele que divulgava veementemente suas idéias, usando para tal muitas das estratégias da retórica clássica na elaboração da argumentação.

3. A retórica

Roland Barthes atribui o aparecimento da Retórica a júris populares realizados em Siracusa, na Sicília, no século V a.C. “Em seus primórdios ela é, acima de tudo, uma técnica que deve permitir, a quem a possua, atingir, dentro de uma situação discursiva, o objetivo desejado; ela tem, portanto, um caráter pragmático: convencer o interlocutor da justeza de sua causa” (TODOROV, 1971, p. 81). Em meados do século V a.C. em virtude de disputas jurídicas entre comerciantes de Atenas e Siracusa, ela já estava incorporada

à cultura ateniense, porém foi no século IV a.C., que ocupou a atenção de Aristóteles que na Arte Retórica (p. 33) assim a define: *é a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso pode ser capaz de gerar a persuasão* postula-lhe três gêneros: o deliberativo, o demonstrativo e o judiciário, lembrando que todo discurso comporta três elementos: quem fala, o assunto sobre o qual fala e a pessoa a quem fala, apontando, já naquela época, que o fim do discurso é o ouvinte e, esse, por sua vez, pode ser expectador ou juiz. Este terá poder de pronunciar-se sobre o passado ou futuro, aquele sobre a oratória, resultando, então, naqueles três gêneros do discurso.

Deve-se ressaltar que a preocupação inicial de “descobrir especulativamente o que em cada caso pode ser apropriado à persuasão” foi cedendo lugar ao estudo das figuras e passou a ocupar-se, cada vez mais, “do colorido” do discurso, restando apenas, das suas cinco partes, a *elocutio*.

No Brasil, esteve sempre muito presente nos bancos escolares, mas ganhou especial destaque no século XIX, sendo, por anos sucessivos, disciplina obrigatória no Colégio Pedro II, estabelecimento criado para servir de modelo às demais escolas do país. Trabalhando conteúdos de retórica e poética, ela tinha um peso muito grande na grade curricular (vinte horas semanais), enquanto o total das horas de História era doze e o de Geografia, cinco. Com a reforma de 1857, que vigorou a partir de 1858, passou a denominar-se Retórica e Poética até 1892, quando é eliminada do currículo, substituída por História da Literatura Nacional e, sucessivamente, Literatura Nacional e História da Literatura Geral e Nacional.

A propósito desse banimento da Retórica e da Poética do currículo do Pedro II e, por extensão, de todas as escolas secundárias do país, Souza (*opus. cit.:* 36), afirma que:

Praticamente coincidem o fim do Império e o banimento da retórica-poética do sistema de ensino, coincidência talvez não apenas fortuita, caso tenhamos em conta que o positivismo republicano encarnava o ideal de modernização do País, não sendo inverossímil que identificasse no ensino daquelas disciplinas uma indesejável sobrevivência do antigo regime.

E à página 15 de seu trabalho, afirma que, se a retórica assumiu um sentido pejorativo, o mesmo não aconteceu com o vocábulo *poética* talvez, porque, vendo-se a primeira “rebaixada à condição de responsável por um

palavreado rotineiro e oco, a poética se apresenta como sua sucessora, consumando-se desse modo a distinção entre as duas disciplinas”.

4. A retórica em Silva Jardim

Silva Jardim fez seus estudos secundários na época acima citada, quando desenvolveu e aprimorou sua capacidade retórica. Seus textos foram publicados em um veículo de cunho conservador, numa seção especialmente criada para que ele defendesse a causa republicana e, nesse sentido, fatalmente, lida particularmente por aqueles que comungassem naquela fé. O autor, sábio desse fato, afirma, no artigo inaugural:

Utilizando intermitentemente como tenho utilizado a tribuna, além de outros meios de ação, procurarei, tanto quanto possa aqui expor a eminência da forma do governo por que me bato, criticar os erros da monarquia, relatar vitórias de correligionários, citar-lhes os conceitos, levantar-lhes os nomes e méritos, e discutir espontaneamente, ou provocado, todas as questões que ligarem à marcha do meu ideal político. (...)

Independo e concorro. Quer isto dizer que aqui escrevo ligado subjetiva e objetivamente ao globo dos meus correligionários do município neutro e das províncias, principalmente àquelas que me têm proporcionado maiores contatos e simpatias, e aos chefes aceitos (...) (SILVA JARDIM, p. 242)

O trecho pode ser inscrito no que Aristóteles chamou de gênero deliberativo, já que seu propósito era defender a nação contra *os males da Monarquia*, especialmente, contra a figura do Imperador, e apontar as qualidades da República:

Que Dr. Pedro II governou o Brasil durante meio século, por uma política fraca para garantir o próprio trono, e para garantir as nossas liberdades; – desenvolvendo-se alguma cousa, e espontaneamente, as forças da nação, sem mérito seu, nem responsabilidade sua, dele;

– que se tornou, afinal, incapaz de governar, pela moléstia oriunda da ambição, realizada de uma longa administração com o processo da minúcia, da intriga, pela preocupação da erudição cientista (...)

– eis o que, traduzindo a consciência nacional, e a convicção dos partidos, temos os republicanos procurado demonstrar a todos, – arcando com o sentimentalismo popular, e com as conveniências individuais e partidárias;

– respeitando o sentimento, e usando o tino político.
(*Um fato*, p. 243)

Os republicanos (e muitos *monarquistas*) temos escrito que, pois que a Carta Constitucional dá ao Imperador o direito de nomear e demitir livremente os ministros, estes, conseqüentemente, representam-lhe a vontade e as opiniões. Daí a conclusão de ser o poder executivo mero órgão do poder *moderador*, que eu tenho chamado “*poder imperador, dominador*”. (...)
(*Um comentário*, p. 245)

Como o gênero deliberativo aconselha ou desaconselha, assim assevera Silva Jardim:

Os republicanos temos cumprido o nosso dever avisando ao povo.
(*A atitude dos diretores*, p. 247)

E outra vez, no dia seguinte em *A atitude do povo*:

Os republicanos, respondemos, temos cumprido o nosso dever, avisando ao povo. (p. 247)

Que os diretores políticos cogitem: que o povo acautele-se; que todos previnam-se para o cumprimento do dever, aconteça o que acontecer.
(*O que fazem eles ? O que faremos nós?*, p. 252)

Afirma Aristóteles:

O fim proposto àquele que aconselha é o útil. Por outro lado, não se delibera sobre o fim, mas sobre os meios que a ele conduzem. Além disso, estes meios consistem nas coisas úteis na ordem da ação. Enfim, o útil é o bem. Sendo assim, devemos tomar os elementos do bem e do útil em geral. (...)

Seguindo esses pressupostos, diz Silva Jardim:

(...) De um lado a Nação dementada. De outro, a Nação agitada, perturbada, violentando-se a si própria na reação contra o idiotismo do vício; a Nação que se revolta, que brada vingança, que clama por um melhor estado social, que

pede a República; quase que a República, ou a Morte ! como eu ouvi no seio duma multidão na capital de São Paulo.

(*A atitude do Povo*, p. 248)

É relevante afirmar que, nos artigos analisados, observamos também muitas características do gênero demonstrativo (aquele que trata da virtude e do vício; do belo e do disforme, moralmente, do que constitui o elogio e a censura).

No final do Regime Imperial, Dr. Pedro II havia caído em total descrédito, tanto por sua morosidade em tomar atitudes, quanto pela doença que o deixara totalmente debilitado, ficando muitas importantes decisões a cargo de outrem. Remontando a esse fato, aponta Silva Jardim:

Escrevi ontem que o Imperador impedia atualmente qualquer direção política, dando lugar a um interregno, a um depósito do poder público na sua pessoa, ou melhor, a uma ausência de governo, – acefalia governamental;

– que foram artimanhas ministeriais, surpreendendo-lhe o cérebro enfraquecido, que o obrigaram a sancionar a política da filha regente, o que não fizera para com a de 1871;

– que as teimas de seu cérebro agitado perante o ministério fraco, pela popularidade usurpada, passageira, perdida, levaram-no a mandar declarar que não tinha tido intervenção na solução à questão militar;

– onde concluí que nem o Imperador governava, nem deixava governar.

(*Um comentário*, p. 245)

Demonstra Silva Jardim que até monarquistas havia desacreditados no regime, em virtude do desmando geral:

Que diferença dos monarquistas de agora para os de outras eras! Quando menos digno de compaixão porque em vésperas da força da mocidade este mesmo rei – e de resto, não havia feito tantos favores – este mesmo rei inspirou dedicações sinceras. Que diferença dos monarquistas de agora (...)

(..) O estado de coação a que se acha reduzido o seu Augusto Imperador por uma oligarquia sedenta de mando e de riqueza não desperta mais aos monarquistas devoção de qualquer gênero(...)

(*A atitude dos diretores*, p. 248)

Por todo o exposto, podemos observar que o texto de Silva Jardim também julga e expõe o seu julgamento para conseguir a adesão dos que os

lêm. E essa característica do gênero judiciário apontado por Aristóteles (*opus. cit*), pode ser observada especialmente em dois dos textos de Silva Jardim: *Um fato e Um comentário*:

(...)... o que significa a hesitante e incoerente atitude do ministério atual, depois da vinda do monarca? Que os cidadãos lembrem-se da chegada do Imperador. Aquele que, para não desmentir o seu passado de escravocrata, tivera, ao tornar a dirigir o Brasil, o cuidado especial de declarar contra a verdade sua nenhuma intervenção na lei de 28 de setembro de 1871, – contra a verdade, porque em tudo interveio, sempre, governando telegraficamente até ; – aquele que a um notável representante estrangeiro declara-se emancipador, não abolicionista, agora, mal havia estudado a Pátria que se renovava e se renova dia a dia, contraía a mais completa solidariedade com os atos da filha, Princesa Imperial Regente. Tudo lhe estava ótimo: tinha gostado muito da lei de 13 de maio; ela lhe servira mesmo de calmante à agitação, ou de estimulante para o abatimento(...) (p. 243)

Se o imperador estivesse de mente sã, mandaria, depois de aceitar o Ministério atual, declarar que não era com ele solidário (...) E se está com mente sã o Imperador com a responsabilidade de quem, com a confiança de quem governou o Ministério ? (...) Com a responsabilidade e com a confiança do Imperador ? Certamente que não. Com a confiança da Nação ? Mas essa é delegada ao Imperador com o poder moderador. E se não está de mente sã o Imperador, o que fez o Ministério que o não declarou ao Parlamento ? O que fez para que se seguisse a marcha natural da sucessão? Ou o Imperador está sã, e então o Ministério deve ser despedido, pois conserva-se no poder(...) ou o Imperador não está sã, então o Ministério deve ser expulso, pois conserva-se no poder, usurpador do poder, traidor à monarquia e traidor à Pátria. (...) p. 245, 246)

Uma outra característica observada no texto de Silva Jardim é a elegância de estilo. Para Aristóteles (*opus. cit*) *uma das virtudes do estilo é a clareza. Sinal disso é que, se o discurso não tornar manifesto o seu objeto, não cumpre sua missão* (p. 176).

Silva Jardim deixa claro, logo no primeiro texto, a que se destinam seus artigos: (...) *procurarei tanto quanto possa aqui expor a eminência da forma de governo por que me bato, criticar os erros da monarquia, relatar as vitórias dos correligionários* (...) (*Prelóquio*, p. 241).

Amoroso Lima (1990, p. 20) afirma que a liberdade é uma das condições para o jornalista desenvolver seu estilo próprio e que esse estilo é sua marca, a afirmação de sua personalidade, acrescentando:

O grande jornalista é aquele que escreve *depressa*, em face do *acontecimento do dia*, com *precisão* e no *menos número de palavras*, levando uma informação *exata* ao leitor e *formando* [e in-formando] honestamente a *opinião pública*. (p. 69)

O *estilo* de Silva Jardim é entusiasmado, exuberante, inflamado, sem, contudo, deixar de dar a informação precisa a seus interlocutores, atendendo aos mais importantes papéis do jornalista: formar e informar:

O jornalista comenta-a [a notícia], leva a notícia acrescida da sua apreciação. O grande jornalista **informa e forma**. Cria e orienta a opinião pública. E nisso representa um papel na coletividade, e faz do jornalismo, mais ainda que em suas raízes, uma arte social por excelência
(AMOROSO LIMA, *opus. cit.*: 61 – grifos nossos)

Aristóteles julga que outros fatores auxiliam a constituição da clareza no texto, como por exemplo, a correção, o epíteto e a metáfora.

Quanto à primeira, desnecessário afirmar que o texto prima pela manutenção da variante culta. Como já dissemos, recebeu formação clássica, estudou, certamente, com grandes estudiosos da gramática, mostrando-se profundo conhecedor do vernáculo.

Quanto às figuras, delas faz abundante uso, fiel às orientações da retórica na época, quando essa última, afastando-se da posição de Aristóteles, confere-lhes lugar proeminente:

(...) A verdade é que Dr. Pedro II – energia de seu corpo, que prova de passividade? talvez... talvez a bondade de nosso espírito ! – não tem a vontade forte para impor-se ao ministério! nem a vontade assaz abatida para que o brado de mando do velho Bragança deixe de ecoar de todo, embora lúgubre e delirante, pelos paços amaldiçoados de S. Cristóvão!

(*Um comentário*, p. 246)

(...) Não! velho servidor de ti mesmo! a paga da traição à confiança da Pátria que acalentou-te no berço, é a traição dos próprios cúmplices na devastação

física e intelectual dessa Pátria !
(*A atitude dos diretores*, p. 248)

Aristóteles ensina que o discurso persuade tanto pelo caráter do orador, quanto pela demonstração de verdade. Quanto ao primeiro, já nos referimos anteriormente que Silva Jardim era um orador que inflamava a audiência, falava em público, em púlpitos, escrevia em vários periódicos e, muitas vezes, seus pronunciamentos eram interrompidos com gritos *De acordo ! É verdade !* da assistência (SILVA JARDIM, *opus. cit.*). Quanto ao segundo, a demonstração da verdade, o jornalista, para atendê-la, faz uso, por exemplo, de irônicos intertextos com a Bíblia Sagrada:

Como o Jeová da Escritura, o segundo Pedro criou o Império à sua imagem e semelhança. (A atitude do povo, p. 249), ou
Fomos pó, porque ele era pó. (...)
Jeová político, nos criara Dr. Pedro II à sua imagem e semelhança; – e bem de barro; – de sorte que, quando o Criador agitou-se, agitou-se a criatura; quando dementou o Criador, a criatura também dementou.

Ou de referências à ciência, tão valorizada no final do século XIX:

(...) E quando, cansado da comédia semi-secular do constitucionalismo, – os cômicos vivem pouco: a vida sem franqueza é precária, di-lo a ciência: – quando ele teve o cérebro já agitado, já demente, também agitou-se e também dementou a Nação.
(Idem)

Ou ainda, de fatos históricos:

É o que querem os Imperadores, a Imperatriz, e os Césares.
(*O que fazem eles? O que fazemos nós?*)

O “César Caricato”, como o chamou em tempo um seu *augusto* de hoje, dementou. Não governa, nem deixa governar.
(Idem)

Considerações Finais

Como homem de seu tempo, Silva Jardim reflete em seus textos sua formação, seu preparo intelectual, organizando magistralmente seu texto de forma a persuadir seu interlocutor e obter sua adesão. Como jornalista, cuja pena veemente não hesita em pedir o fuzilamento do Conde d'Eu e a queda do Imperador. Nesse sentido, mostra estar *a par das coisas, estar bem informado para poder informar* (AMOROSO LIMA, *opus. cit.*: 60). Foi um homem vigoroso, intempestivo e tão corajoso. Viveu seu tempo visceralmente, *no meio dos acontecimentos, em pleno fluxo vital* e, de tão corajoso, teve uma morte inusitada e violenta.

Repetindo as palavras de Barbosa Lima Sobrinho podemos dizer que a história das idéias dessa fase não estaria completa, sem o conhecimento de todos os pronunciamentos de Silva Jardim, que foi, sem dúvida, a voz mais intrépida e o pensamento mais arrojado, com uma tendência radical, que o situa entre os que quiseram fazer da República, menos um golpe para a conquista do poder, do que uma Revolução empenhada na solução de problemas que viesse alterar nossas estruturas políticas, sociais e econômicas.

Referências Bibliográficas

AMOROSO LIMA, A. *O jornalismo como texto literário*. São Paulo: EDUSP, 1999.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

AUROUX, S. *Histoire des idées linguistiques I*. Liège: Mardaga, 1989.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: Momentos Decisivos*. São Paulo, Martins Fontes, 1959.

SILVA JARDIM, A. *Propaganda republicana (1888-1889)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa – Conselho Federal de Cultura.

SOUZA, A.C. *O Império da eloquência*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999

TARDE, G. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992

TODOROV, T. *Poétique de la prose*. Paris: Seuil, 1971.

Recebido em 26 de novembro de 2007

Aceito em 27 de fevereiro de 2008